

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA NÚMERO 2/11 DO EXECUTIVO

REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2011

-----Aos catorze dias de Abril de dois mil e onze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se uma reunião Extraordinária da Câmara Municipal, sob a presidência de GIL NADAIS RESENDE DA FONSECA, e com a presença dos Srs. Vereadores JORGE HENRIQUE FERNANDES DE ALMEIDA, MANUEL CORREIA MARQUES, JOÃO CARLOS GOMES CLEMENTE, CARLA JACINTA GARRUÇO DE ALMEIDA E BRITO ANTÓNIO RODRIGUES SALVADOR. -----

-----Esteve presente para a secretariar, ANA CRISTINA MARTINS TOMÁS. -----

-----Eram nove horas e trinta minutos quando o Sr. Presidente declarou aberta a reunião.-----

-----**FALTAS** – Foi deliberado, por unanimidade, justificar a falta dada pela Sr.^a Vereadora Elsa Corga, que se encontra de férias. -----

----- De seguida, passou-se à análise e apreciação dos assuntos da Ordem do Dia, encontrando-se todos os documentos de suporte *infra* referidos, arquivados na Aplicação Informática, junto à Agenda da presente reunião. -----

----- **ACIDENTE NA VIA PÚBLICA** -----

----- ACÁCIO MANUEL CARDOSO MARVÃO -----

----- Analisado o processo que foi presente, a Câmara deliberou, por unanimidade, ressarcir o munícipe da importância de 35,00€, correspondente ao prejuízo ocasionado na sua viatura ao bater num buraco que se encontrava na EM 596, junto às Caves Primavera (proposta 275/11). -----

----- **URBANIZAÇÃO** -----

----- RECTIFICAÇÃO DE ALVARÁ DE LOTEAMENTO COM OBRAS DE URBANIZAÇÃO Nº 01/2011 -----

----- Ao detectar-se, no loteamento nº 01/2011, um lapso na identificação do registo de um dos prédios abrangidos, decorrente de erro na tabela dos terrenos usada para elaboração do Alvará, a Câmara deliberou, por unanimidade, rectificar esse erro. -----

----- Assim, no Alvará de Loteamento Municipal com Obras de Urbanização nº 01/2011, na identificação do Registo predial, onde se lê “3779” deve ler-se “7761”, inscrição predial correspondente ao artigo matricial 2246 da Freguesia de Aguada de Cima, Concelho de Águeda (proposta 276/11). -----

----- **OBRAS PARTICULARES** -----

----- **ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS** -----

----- A seguir, a Câmara deliberou, por unanimidade, manifestar a intenção de indeferir o pedido de isenção de taxas, formulado pela firma PINHA – Fábrica de Aquecimento Eléctrico, Ld^a, com sede na Rua do Alto, em Vale do Grou, para obras de ampliação da unidade industrial, uma vez que não se encontra qualquer fundamento legal para o requerido (proposta 274/11). -----

----- **CARTA DE AALBORG** -----

----- **AGENDA 21 LOCAL - COMPROMISSOS DE SUSTENTABILIDADE PARA ÁGUEDA.** -----

----- Continuando os trabalhos a Câmara analisou e deliberou, por unanimidade, aprovar os Compromissos/Objectivos de sustentabilidade de Águeda e respectivas linhas de acção, constantes da proposta que foi presente e se encontra arquivada na Aplicação Informática, junto à Agenda desta reunião. -----

----- **GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL** -----

----- **REVISÃO ORÇAMENTAL** -----

----- Seguiu-se a análise da proposta onde se refere a necessidade de rever algumas rubricas nas Opções do Plano e Orçamento para o corrente ano de 2011, como sendo: -----

----- Revisão de projectos/acções relativos às rubricas EB 2,3 Fernando Caldeira e Extensão de Saúde de Travassô; Alteração da designação das obras EB 2, 3 de Aguada de Cima, de Fermentelos e de Valongo do Vouga; Anulação das rubricas Canal Secundário do Rio e Alargamento da Ponte; Inscrição da abertura do leito de Cheia do Rio Águeda, junto à Ponte de Óis da Ribeira e junto à Ponte do Campo e a construção do Bypass no Rio Águeda; -----

----- Feito isto, a Câmara concordou com estas alterações e deliberou, por unanimidade, aprovar a 2ª Revisão das Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2011, que contempla esta situação. -----

----- Mais foi deliberado, nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, com a redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal (proposta 279/11). -----

----- **INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS** -----

----- Seguiu-se, a análise do Inventário de todos os bens direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação e dos Documentos de Prestação de Contas referentes ao ano de 2010, documentos disponibilizados a todos os Membros do Executivo aquando do envio da Agenda para esta reunião. -----

----- Nesta sequência, tanto o Sr. Presidente como os Técnicos Municipais presentes, prestaram os esclarecimentos às dúvidas colocadas pelos Srs. Vereadores face ao conteúdo dos documentos em apreço. -----

----- Feito isto e não havendo qualquer outra questão que a documentação presente suscitasse, o Sr. Presidente colocou-a a votação tendo-se verificado que o Inventário de todos os bens direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação e os Documentos de Prestação de Contas referentes ao ano de 2010 foram aprovados por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores Manuel Marques, Carla Jacinta e Brito Salvador e votos a favor do Sr. Presidente e dos Srs. Vereadores Jorge de Almeida, e João Clemente, tendo o Sr. Presidente usado o seu voto de qualidade. -----

----- Os Srs. Vereadores Manuel Marques, Carla Jacinta e Brito Salvador, apresentaram a seguinte Declaração de Voto:-----

----- “Depois de analisados os documentos, referentes à Prestação de Contas do exercício de 2010 de uma forma sucinta, dado não nos ter sido facultado em tempo julgado suficiente, a entrega da documentação inerente a este ponto, as contas apresentadas reflectem um continuar de resultados negativos (em 2009 – 120.006,75) e agora neste exercício de 2010 (1.205.166,96), o que mostra algum enfraquecimento das contas do município. -----

----- Reflexo este transmitido ao longo do último ano chamando a atenção para alguns gastos que entendíamos não ser úteis nem necessários. -----

----- As contas apresentam uma diminuição significativa das receitas, com principal incidência nas transferências do governo central em cerca de 1 milhão de Euros e na quebra, também, da derrama em cerca de 400 mil Euros em relação a 2009, sendo que os custos e perdas tiveram alguma diminuição, nomeadamente nos custos com pessoal justificados com a saída de trabalhadores para a ADRA, e saída para a reforma. Contudo, houve um aumento significativo das amortizações do exercício em 1 milhão de Euros em relação a 2009, verificando-se assim que os resultados operacionais se apresentam negativos em cerca de 556 mil Euros. -----

----- Nos projectos de investimentos, apoiados com fundos comunitário, nomeadamente no eixo prioritário – desenvolvimentos das cidades e dos sistemas urbanos, a taxa de cobertura de co-financiamento não ultrapassa os 51,37%, pelo que

o executivo deve ter alguma reserva face aos projectos que tem em curso, tendo em conta os elevados montantes de investimento e os valores a suportar pela Autarquia.

----- Do exposto, continuamos a alertar o Executivo que face ao momento de dificuldades em que o país vive e que se vai prolongar a longo prazo, e tendo em conta que mais cortes orçamentais virão por parte do governo central para as autarquias, é premente que o executivo tenha atenção e o cuidado de proceder ao ajustamento com os gastos reduzindo o que puder reduzir de modo a equilibrar as contas do município". -----

-----Ouvida a Declaração de Voto anterior, o Sr. Presidente disse o seguinte:-----

----- "Os Srs. Vereadores do PSD são de memória curta pois quem endividou o município foi esse mesmo partido. Para termos uma autarquia viável, reduzimos os prazos de pagamento para 45 dias, e do passado esbanjador nos mandatos do PSD ressaltam, agora, as amortizações que a Câmara é obrigada a fazer. Nas Contas que foram hoje aprovadas verifica-se existir um equilíbrio e um melhoramento na execução; houve um aumento de investimentos, nomeadamente na aquisição de terrenos onde se investiu cerca de um milhão de Euros (só em 2010) e mesmo com menos um milhão de Euros de receitas, o valor do endividamento manteve-se. Conseguiu-se uma redução significativa nos custos correntes e nos recursos humanos (saídas de pessoal e cortes nas horas extraordinárias), redução nos custos das infra-estruturas e, com estas medidas, conseguiu-se fazer um investimento em cerca de dois milhões superior ao do ano passado por isso, votar contra, com a justificação invocada, só com grande nebulosidade partidária se pode compreender. ----- A Autarquia preparou-se para os desafios do QREN. A crise alterou as condições de financiamento mas não a solidez da Autarquia, em termos financeiros. Na óptica do PSD fechava-se o Concelho, nada se fazia em execução de obras, mas o PS angariou fundos de programas Comunitários, investiu-os em obras e com menos fez mais; não é essa a nossa perspectiva, pretendemos desenvolver o concelho e, caso se mantenham as condições actuais continua-se nesse ensejo, conscientes das dificuldades mas não atemorizados em demasia. A alavancagem dos projectos, até ao momento, não está em causa. Ao Partido que tanto esbanjou, falta-lhe moralidade para assumir esta posição, é uma Declaração de Voto do Partido mas agradeço os conselhos/alertas. Devem reflectir nas posições que têm tomado, nas obras em que têm votado contra, porque estamos no século XXI, temos que construir o futuro, acompanhar a Europa". -----

Ouvidas as palavras do Sr. Presidente, o Sr. Vereador Brito Salvador retorquiu da

seguinte forma: -----

----- “Sinto-me tocado com a argumentação do Sr. Presidente porque não tem sido essa a postura dos Vereadores do PSD. Votamos contra alguns projectos porque entendemos não serem oportunos, mas têm tido, da nossa parte, todo o apoio, nós temos sido cooperantes. Não me revejo na crítica de que o voto contra seja partidário. As Contas estão bem apresentadas mas, em alguns pontos, não reflectem as prioridades que entendo mais adequadas nem a altura mais oportuna, dada a conjectura que se vive. A Declaração de Voto que foi feita não merecia esta reacção do Sr. Presidente nem toda essa alusão ao passado. O passado diz-me muito pouco, não o conheço, o que interessa é o presente. Não se pode comparar situações passadas com diferentes conjecturas. O nosso voto contra vem no sentido da coerência das posições que temos tomado”. -----

-----Para terminar este ponto da Ordem de Trabalhos, o Sr. Presidente acrescentou o seguinte: -----

-----“Quando votarem contra qualquer projecto devem reflectir sobre essa posição, designadamente no que se refere aos projectos relacionados com energia e sustentabilidade. Preferiam investir em mais estradas? O Investimento tem que ser rentável e sustentável, se pararmos e não acompanharmos o futuro nunca mais lá chegaremos, temos que criar infra-estruturas no presente e investir no futuro”. -----

-----Tendo em vista o disposto na alínea e) do nº 2 do art.º 64º da Lei nº 169/89, de 18 de Setembro, com a redacção da Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, esta deliberação será submetida à apreciação e votação da Assembleia Municipal. -----

----- Eram doze horas e trinta minutos quando o Sr. Presidente declarou a reunião encerrada, da qual para constar se lavrou a presente acta que eu, Ana Cristina Martins Tomás, Directora do Departamento Administrativo e Financeiro, em regime de substituição, redigi e subscrevo juntamente com o Sr. Presidente. -----

Lil Nadais

